

INTRODUÇÃO

As questões que relacionam o ensino superior (e formação de quadros) e a cooperação portuguesa com os PALOP jogam-se em torno dos projectos inter-governamentais celebrados desde as independências (e em períodos históricos política, económica e socialmente distintos); jogam-se igualmente em torno das parcerias públicas e privadas que se foram acentuando com a liberalização das economias africanas; dos conteúdos ministrados e da sua pertinência, ou adequação, aos contextos diversos de cada país; da situação legal do imigrante/emigrante/estudante; do apoio oferecido por Portugal quer no país quer à distância; e finalmente nas oportunidades de regresso e na utilização da formação adquirida (leia-se reconhecimento dos diplomas e adequação das aprendizagens) às situações concretas dos países de origem.

219

Estes são os temas tratados pelos autores que constituem a IV Parte desta publicação. Neste conjunto de textos encontramos abordagens que vão da componente mais técnica e sistemática, ancoradas numa reflexão de tipo estratégico-político sobre cooperação, ensino superior e formação de quadros, procurando reflectir sobre a eficácia das políticas, acções e programas concretos, às de carácter mais sociológico que abordam questões de poder, de identidade e de representações inter-pessoais e inter-textuais. Finalmente neste conjunto de textos insere-se uma abordagem construída a partir da perspectiva de um país africano e da sua relação com a cooperação portuguesa e internacional – Moçambique – que cruza de forma objectiva e com alguma densidade de análise todas as questões tratadas nas demais abordagens.

Destes textos que versam, como acima referido, a capacitação institucional (formação de quadros) e a cooperação na área da formação superior, destacaria como principais problemas identificados pelos autores: a desadequação temporal entre construção e implementação dos projectos; os elevados custos de gestão no que se refere a projectos de grande dimensão; o perigo da transferência de modelos de uns para outros contextos sem se ter em conta as especificidades locais. A elevada rotatividade dos membros das equipas locais, com efeitos negativos na continuidade das intervenções, logo no seu real impacto; a não garantia de financiamento após a conclusão dos projectos quando as intervenções deveriam assumir a natureza de actividade corrente.

Entre as soluções propostas sublinharia a alteração dos modelos de cooperação para o desenvolvimento. Assim, é proposto que doadores e beneficiários sejam colocados em plano de efectiva paridade, sem com-

PROJECTOS, POLÍTICAS E PERSPECTIVAS FUTURAS. UMA REFLEXÃO EM TORNO DAS COMUNICAÇÕES APRESENTADAS

Margarida Lima de Faria

Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL)

plexos face ao passado. É considerada necessária a concretização efectiva dos projectos, ultrapassando o que por vezes não passa de mera retórica. É dada importância à definição de objectivos claros de curto, médio e longo prazo e respondendo às reais necessidades dos países. É ainda sugerido que, na actual fase histórica dos diferentes países, sejam dados passos no sentido da descentralização dos impactos, chegando a regiões afastadas dos grandes centros. Finalmente é referido, como medida fundamental, que se procure estabelecer uma maior interacção entre o político e o económico, sobretudo no combate à corrupção, e aumentando a exigência quanto a um profissionalismo responsável na execução das acções de cooperação.

ABORDAGENS TÉCNICO-POLÍTICAS NA PERSPECTIVA DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA

Francisco de Carvalho, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, apresenta uma resenha de projectos de cooperação portuguesa na área da educação. Segue com uma “abordagem do quadro informador da cooperação portuguesa com os PALOP”. Carvalho enumera, de forma sistemática, os convénios internacionais de cooperação na área da educação para o desenvolvimento. Quanto ao modelo português de cooperação iniciado nos finais de noventa, este toma forma sobretudo com a criação do IPAD, em 2003, assim como com os Programas Indicativos de Cooperação (que compreendem o período entre 2001 e 2015). Segundo Carvalho o actual quadro orientador-programador de cooperação, de *segunda geração*, aponta áreas prioritárias geográficas e sectoriais entre as quais o apoio ao ensino superior. Carvalho destaca ainda a *política de concessão de bolsas*, hoje vocacionada para a formação de jovens quadros em áreas consideradas fundamentais para o desenvolvimento dos países, sobretudo ao nível das pós-graduações, mestrados e doutoramentos mais do que de licenciaturas. A obrigatoriedade de retorno ao país de origem passou a ser uma das condições exigidas contribuindo, assim, para a diminuição da *fuga de cérebros*. Foi ainda criado o conceito de *bolsas internas*, isto é nos países de origem, em áreas tidas como prioritárias ao desenvolvimento local.

220

ABORDAGENS TÉCNICO-POLÍTICAS: APRESENTAÇÃO DE CASOS BEM SUCEDIDOS DE COOPERAÇÃO PORTUGAL-PALOP

Para José França Martins, no caso do Instituto Nacional de Administração (INA) o facto de partilharem igualmente a mesma marca colonial facilita a identificação de uma intervenção idêntica para as diferentes administrações locais dos vários PALOP. O autor apresenta uma reflexão sobre o Instituto na formação de quadros da administração pública em áreas ligadas à saúde, educação, transportes, infra-estruturas, entre outras. Este exemplo tem especial interesse pois trata-se de uma área de cooperação que tem progredido de uma estrutura de projectos para a crescente integração num modelo académico de funcionamento com o apoio às novas universidades criadas entretanto nos diferentes países. Entre os resultados obtidos, o autor destaca a introdução nos PALOP de formas *modernas* de administração pública (flexíveis, mais interactivas e em mais estreita relação com os cidadãos) favorecendo o exercício da cidadania e da democracia.

Para o grupo de autores que descreve os programas de cooperação entre a Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e o Centro de Es-

tudos Avançados em Educação e Formação Médica da Universidade Agostinho Neto, de Angola, estes inscrevem-se numa área considerada como estratégica, sendo valorizada a constituição de redes e de parcerias. Asentam a sua intervenção nas políticas governativas de Angola e no Plano Indicativo de Cooperação (PIC) Portugal-Angola 2007-2010, que definem o ensino superior como um meio de desenvolvimento do pensamento crítico, e as parcerias por estes autores apresentadas, como centro de excelência local que evita a fuga de cérebros. Estas parcerias juntam instituições académicas, associações profissionais e parceiros políticos, assim como têm o apoio de Fundações, Universidades e Centros de Investigação e Ciência e Tecnologia. Para o ilustrar os autores descrevem com algum detalhe o *Programa Estruturante de Qualidade e Excelência da Educação/Formação Médica na FMUAN*. Para assegurar a sustentabilidade destas acções foi criado o projecto *A Name for Health*, co-financiado pelo programa Europeu *EDULINK*. Para garantir a eficácia destas acções foram desenvolvidas actividades definidas como estruturantes (estabelecimento de dois centros de educação médica, três gabinetes de apoio ao estudante e uma plataforma tecnológica); académicas (avaliação do currículo de Medicina e monitorização do processo de desenvolvimento curricular e clínicas (estabelecimento de um programa para a mobilidade clínica).

Segue-se um estudo da Universidade Aberta em que são apresentados Centros de Formação Profissional – Centros Protocolares – dirigidos aos PALOP através do ensino à distância (*e-learning*). São descritas de forma detalhada estas acções são descritas e apresentadas enquanto estudo de caso. Trata-se da apresentação de uma avaliação deste programa acentuando-se os resultados positivos ligados à satisfação dos seus beneficiários. Encontram problemas ligados à desadequação entre conteúdos e habilitações dos formandos. Chamam ainda a atenção para o desequilíbrio dos meios tecnológicos disponíveis nos diferentes países-alvo.

Alguns dos autores reconhecem que ainda que inseridos em espaços geopolíticos e económicos específicos, os PALOP mantêm uma língua comum facilitadora da aplicação dos projectos e constituindo, igualmente, uma mais-valia para Portugal, facilitando a construção de redes de cooperação internacional no espaço da CPLP. No entanto Neusa de Gusmão é crítica quanto à eficácia dessa herança comum, numa análise que põe em confronto cultura (tradição e localização) e educação (modernidade e transnacionalização).

ABORDAGENS DE CARÁCTER MAIS SOCIOLÓGICO QUE ABORDAM QUESTÕES DE PODER, DE IDENTIDADE E DE REPRESENTAÇÕES INTER-PESSOAIS E TEXTUAIS

Esta autora parte de uma análise dos estudantes africanos que buscam a sua formação superior no Brasil inseridos em convénios internacionais. Neusa de Gusmão discute a dimensão nacional e supranacional dos projectos de cooperação brasileiros em confronto com a aparente individualidade que norteia a escolha dos indivíduos e das famílias. Estes actuam num âmbito restrito, não se apercebendo sequer, muitas vezes, da existência de tais políticas. Em compensação procuram outras formas de organização a partir de *grupos formais e informais de acolhimento* que se estruturam em *redes*. A acção destas redes coloca quer os países quer os

indivíduos perante um duplo desafio: construção nacional, para dentro, em simultâneo com uma inserção na ordem moderna e globalizada (para fora). Gusmão refere, ainda, o papel das lutas de poder e do campo político na definição dos contextos de acção possibilitados por essas redes de formandos. Ao analisar o lugar do Brasil como país de recepção quer de estudantes quer de refugiados africanos, Neusa de Gusmão posiciona-se na dupla aceção do efeito da cooperação na área da educação para a manutenção do *statu quo* imposto pelos convénios internacionais, e como instrumento de libertação e autonomia para os novos Estados nacionais africanos. Neusa também coloca o problema da formação obtida corresponder, ou não, à formação almejada pelos formandos sendo que “o que está em jogo é a formação de novas elites africanas e a conformação de nações emergentes”.

Igualmente a partir de um *olhar* brasileiro, sobre contextos de cooperação educativa, a adequação das formações ministradas aos contextos actuais dos diferentes países africanos é de certa forma também o tema abordado por Anderson Ribeiro Oliva, do Departamento de História da Universidade de Brasília. Este autor brasileiro apresenta uma abordagem crítica dos conteúdos da formação de professores ministrados em Portugal (área de História) e aponta para uma necessária mudança de conteúdos escolares – ainda marcados por um passado colonial – como via fundamental para o combate à xenofobia e racismo. Apresenta estatísticas sobre imigração dos PALOP obtidas junto do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, assim como dados sobre o nível de instrução das populações de origem africana obtidos através do Recenseamento Geral da População de 2001; de modo a demonstrar a existência de referências e imagens negativas dos portugueses relativas aos imigrantes africanos, o autor refere também um estudo do ACIME publicado em 2006. Oliva observa nos cursos do ensino superior português na área de *Estudos Africanos* uma certa continuidade com as imagens de África que circulam no próprio universo mental português. Conclui no entanto que o interesse pelos estudos africanos “é um dado inquestionável”, propondo que se conceda ao continente africano “alguma forma de tratamento mais sistematizado e melhor elaborado a partir da sua comunidade científica”.

Partindo de um outro contexto cultural e religioso, o artigo de Maria João Pinto analisa o papel e a importância da educação islâmica, e em particular da educação universitária, na afirmação das identidades islâmicas em Moçambique e no aumento da notoriedade e participação significativa dos muçulmanos na vida política e socioeconómica do país. Em termos do ensino superior conclui que a valorização da educação islâmica reformada, que ocorreu no final do século XX, parece não encontrar correspondência na primeira década do século XXI. Alguns dos novos estabelecimentos de ensino reformado foram perdendo parte da sua credibilidade por dependerem excessivamente do apoio exterior islâmico para a sua manutenção.

UMA ABORDAGEM POR PARTE DE UM PAÍS AFRICANO ALVO DOS PROJECTOS DE COOPERAÇÃO: O CASO DE MOÇAMBIQUE

Para Francisco Noa, autor moçambicano, “é esclarecedor observar que a percepção do Estado, enquanto definidor das políticas educacionais muito especialmente em relação ao ensino superior, reflecte um marcado sentido de cidadania em relação ao perfil dos graduados e ao que

deles se espera". À semelhança de Neusa de Gusmão, também este autor descreve este investimento como se jogando simultaneamente nos planos nacional e internacional/global. A eficiência e eficácia das políticas são por este autor questionadas ainda que não ponha em questão a legitimidade das suas intenções.

Noa descreve a história recente de Moçambique, que compreende dois períodos: de 1975 à década de 90 e desta até aos nossos dias. O autor refere o Plano Estratégico governamental de relançamento do ensino superior, implementado a partir de 2000, que determinou a rápida expansão do ensino superior ainda que se tenha assistido a uma deterioração gradual da qualidade dos processos (que levou à recentíssima suspensão do licenciamento de novas unidades de ensino). A partir de 90 assiste-se a uma crescente afirmação das liberdades individuais sobre o social. Contudo, o país encontra-se fortemente dependente de ajudas exteriores, sobretudo da Europa e dos Estados Unidos (que substituem a anterior influência dos países do Bloco de Leste). Esta dependência cria uma situação de óbvio desequilíbrio. África é basicamente destinatária e beneficiária. A partir de 2000 juntam-se uma série de organizações (fundações) internacionais no apoio ao ensino superior em África, sendo também nesta data lançado o Plano Estratégico do Ensino Superior em Moçambique (2000-2010). Noa refere-se, no entanto, à discrepância entre teoria e prática resultante das condições reais do país. Francisco Noa sublinha a não neutralidade política dos projectos educativos e a subordinação dos últimos aos doadores das agências internacionais. Noa segue com uma análise do ensino superior moçambicano actual, chamando a atenção para as desigualdades regionais e de género. Interesses comerciais sobrepõem-se ao interesse genuíno de formar os cidadãos do país. A enorme expansão de estabelecimentos de ensino superior do país põe em causa a sua própria sustentabilidade. Ainda que tenha sido criado um programa de bolsas para estudantes das províncias tem-se verificado o não regresso à província de origem, uma vez finalizados os estudos superiores. A presença feminina tem crescido ainda que seja incipiente. Face a estes desequilíbrios Noa conclui que o Estado não poderá abdicar do seu papel regulador e fiscalizador, que é de certa forma posto em causa pelo recente esforço de expansão do ensino superior. Refere-se ainda à necessária melhoria da qualidade fazendo uma abordagem crítica da própria ideia de qualidade. Ainda que se tenham criado formas legais de garantir o sistema de qualidade este acaba por ser, segundo o autor, "letra morta", sem nenhuma aplicabilidade. Finaliza com uma reflexão sobre democracia e independência intelectual e académica, chamando a atenção para a desconexão entre retórica política e prática. Veria como solução a existência de um escrutínio interno efectivo e sistemático dos órgãos de gestão central. Este autor atribui a uma cultura contingente e pouco estratégica a não existência de uma massa crítica interna e de uma convivência académica genuína, consistente e produtiva.